

TUTORIA DE PARES: ATUAÇÃO NA VIDA ACADÊMICA DOS DISCENTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO IFBAIANO – CAMPUS GUANAMBI

*Viviane Lima Aranha*¹
IF BAIANO-campus GBI

*Eugênia de Queiroz Silva*²
IF BAIANO-campus GBI

*Maiza Messias Gomes*³
IF BAIANO-campus GBI

*Alenice Ferreira Da Cruz*⁴
IF BAIANO-campus GBI

RESUMO

Este artigo analisa a atuação e os desafios do programa de Tutoria de Pares Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano - *campus* Guanambi. Para tal, utilizou-se o método qualitativo com o emprego de questionários aos tutores, tutorando com necessidade específica e entrevistas semiestruturada a comissão do NAPNE. Os dados obtidos demonstram a importância e revelam aspectos necessários para a evolução e melhoria do programa.

Palavras-Chaves: Educação Inclusiva. Necessidade específica. Tutoria de Pares.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva compreende na educação pautada num atendimento educacional especializado assegurado por lei e a cada dia destaca-se na sociedade, devido a várias políticas com caráter social, ONGs e demais métodos que irá servir para manter os direitos, as oportunidades e informar instituições de ensino e o meio social sobre a importância de abordar esse assunto. Desde a Constituição Federal de 1988, o atendimento educacional especializado é direito aqueles que possui algum tipo de necessidade específica (BRASIL, 1988). As transformações ocorridas em novas práticas pedagógicas na atualidade abrem espaço para um discurso cada vez mais oportuno para ações que visem, não apenas o ingressar desses alunos nas instituições escolares, mas também a permanência dos mesmos, garantindo uma educação de qualidade.

O direito para uma educação igualitária tem como primórdio uma visão democrática que é extremamente fundamental para a superação das desigualdades sociais. Entretanto, mesmo com a importância e relevância que a educação tem para com o sucesso pessoal e profissional de todos os indivíduos, existem várias pessoas a qual não possuem as mesmas oportunidades e o mesmo acesso ao ensino, no meio escolar nos deparamos com esta realidade “Uma grande parcela da população brasileira que não possui acesso à educação, particularmente, os portadores de necessidades especiais” (DUARTE e CHOREN, 2004, p. 02).

A Lei Diretrizes e Bases Da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 de 1996, no seu capítulo V, aborda a educação especial detalhando a prática no ensino e assegurando o direito de uma equidade educacional básica, garantindo uma educação de qualidade e inclusiva, sustentada no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Os direitos garantidos por leis aos alunos com necessidades específicas não se restringem a educação básica, mas também é assegurado na educação superior, os Institutos Federais abarcam com a Lei nº 13.409 de 2016, reformulada a partir da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, no artigo 3º onde são destinadas vagas às pessoas com necessidades específicas.

Com base na lei, foi elaborado um documento que regulamenta a Política de Diversidade e Inclusão nos Institutos Federais Baianos, aprovado pela resolução nº12, do Conselho Superior/IF Baiano em 09 de outubro de 2012, que tem por finalidades regulamentar a política, a diversidade e inclusão nos IFs Baiano, com vistas a promover valores democráticos de respeito a diferenças e a diversidade, através de programas como o Programa de Atendimento as Pessoas Com Necessidades Específicas (PAPNE), dando variância em cada *campus* um Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) para melhor normatizar e articular as ações das diversidades e inclusões do PAPNE.

O Instituto Federal Baiano *Campus* Guanambi através da política nacional de inclusão instaura em 2017 o regulamento interno de tutoria de pares, objetivando a promoção do sucesso acadêmico, social e interpessoal dos estudantes com necessidades específicas, garantindo permanência, equidade no acesso e êxito no percurso formativo do estudante vinculadas ao NAPNE. O programa se subdivide em duas modalidades: a tutoria de pares acadêmica que consiste em acompanhar o tutorando em disciplinas a quais ele tem

dificuldades e a tutoria de pares sociopedagógica que busca acompanhar o tutorado a depender da sua necessidade na realização de atividades pedagógicas e atividades de interação no ambiente institucional ambas podendo ser remunerada ou voluntária.

O presente trabalho consiste na análise e os desafios da atuação da tutoria de pares acadêmica como apoio no processo formativo do estudante com necessidades específicas, tendo como objeto de estudo o *campus* Guanambi. A amostra da pesquisa será composta por discentes que exerceram ou exercem a função de tutores, alunos tutorados e a comissão do NAPNE.

Este projeto de pesquisa apresentará dados e informações da análise do programa de tutoria de pares para a comunidade acadêmica e social, o resultado deste estudo poderá constituir importante fonte de informações para os órgãos responsáveis pela inclusão social dos discentes no seu ambiente acadêmico, para uma reflexão, avaliação e aprimoramento do projeto de inclusão e diversidade do IFBAIANO.

O interesse no desenvolvimento desta pesquisa é resultante na participação de um dos autores, enquanto tutor no programa de tutoria de pares acadêmica no IF Baiano-*Campus* Guanambi, desencadeando questionamentos do tipo: “Quais desafios estes alunos portador de necessidades específicas enfrentaram que atualmente não enfrenta mais?”; e “Quais evidências de melhoria com a atuação da tutoria?”.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva é um tema importante a ser debatido entre os indivíduos, no país onde vivemos. Destacamos a necessidade de uma educação de qualidade para as pessoas que tem necessidade especiais sendo fundamental para o desenvolvimento de práticas educativas diferenciadas. Diante disso, precisamos compreender que educação inclusiva se dá a partir de direito posto a todo ser humano numa educação, desde a igualdade com os diversos valores num conhecimento de direitos iguais em espaços escolares e não escolares, ou seja, a exclusão desta educação (BRASIL, 2008). Nesta perspectiva, alunos com necessidade específica tem seus direitos referentes ao direito de qualquer pessoa com ou sem necessidade, e que seja tratado com igualdade e respeito a todos os seus valores a serem reconhecidos. Contudo, seja tratado por igual em relação a inclusão no ambiente escolar e fora desse ambiente também.

Colocando em prática o conceitual da educação inclusiva que tem um público – alvo a educação especial, estamos referindo a um ensino que tem como foco principal o aluno, a partir disso, este é mobilizado e direcionado para que possa ter uma participação concreta. Com isso, possa agir direcionando na transformação, mudando e sendo substituído (Camargo, 2017). Entretanto, em outra perspectiva, educação especial é algo complexo, pois percorre as mais diversas fases e suas peculiaridades da necessidade de um atendimento diferenciado na educação, desde a oferta de materiais didáticas para uma prestação de serviço orientando numa educação de qualidade, a adaptação metodológica referente a uma faixa etária específica (BRASIL, 2008).

Dessa forma, a lei nº 12.976, de 4 de abril de 2013, baseada na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências (BRASIL, 2013).

Para Sawaia (2004) a questão da inclusão-exclusão são questões objetivas que pode ser considerado como um caso de discriminação ou também revolta. Isso nas mais diversas explicações não pode ser aperfeiçoada em uma única vez, precisam demarcar, no entanto que são dispostas a comprovação no espaço social como o peculiar manifestando durante o seu dia-a-dia social, afetivo, percepção e inconsciente.

Neste sentido, o emprego do tutor escolar juntamente com o professor potencializará a aprendizagem e desenvolvimento desses alunos. Pois de acordo com (FERNANDES, Woquiton, 2015) o conceito de tutoria de pares, em geral, pode ser representado com um sistema de ensino em que os alunos se ajudem mutualmente no processo de aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, podendo ser da mesma classe ou não.

Neste aspecto, temos a tutoria a mediação estabelecido entre o professor, tutor e tutorando, que por valia da necessidade, é capaz, junto ao professor, deter responsabilidade para com o desenvolvimento dos alunos. Isso por que é o “comportamento do professor que se coloca como um facilitador, incentivador ou motivador da aprendizagem” (MASETTO, 2000, p.144).

METODOLOGIA

A presente pesquisa de natureza qualitativa, acreditando ser o método adequado para ultrapassar o visível e compreender os fenômenos no seu contexto social (MINAYO, 1994),

será realizado no Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia Baiano - *Campus Guanambi*, a amostra da pesquisa será composta por discentes que cursam o Ensino Superior e exerceram ou exercem a função de tutores, alunos tutorados, comissão do NAPNE e professores.

Para a realização da pesquisa, utilizaremos dois procedimentos de coleta: questionário e entrevista semiestruturada, nesse sentido, a entrevista é uma ferramenta útil na busca de situações específicas do campo, possibilita uma organização flexível e à medida que se estende o questionamento vão surgindo e as informações vão sendo fornecidas pelo entrevistado (FUJISAWA, 2000). A análise dos dados transcorrerá em um primeiro momento por meio da codificação e categorização dos resultados a serem mostrados. A partir das categorias evidenciadas, o próximo passo será a descrição, comparação e associação das informações de acordo com o *corpus* da pesquisa. Assim, as informações construídas serão articuladas e transportadas para informações escritas.

RESULTADOS ESPERADOS FRENTE AOS TUTORANDO

De natureza qualitativa, os questionários aplicados foram formulados de tal forma que garantissem a máxima clareza da visão dos tutores e tutorados frente a tutoria. A aplicação foi feita de duas maneiras: natureza de formulário (para os envolvidos que não possuíam quaisquer restrições ou impedimentos para o questionário escrito) e entrevista (para os que apresentavam alguma deficiência específica a qual impedia de responder o questionário de forma escrita). A tutoria de pares acadêmica no edital de 2017 disponibilizava um tutor para cada tutorando, entretanto no edital 2018, disponibilizou para os tutorando mais de um tutor de acordo com a solicitação da disciplina em questão com dificuldade. Dessa forma dentre os 8 alunos tutorados, 6 foram aplicados o formulário e 2, com cegueira total, foi feita a entrevista usando um gravador de voz. Todos os 8 tutores participantes fizeram a resolução do questionário escrito. A aplicação de questionários e/ou entrevista ao grupo de tutorado foi antecedida por um outro processo de investigação, o de levantamento de informações a respeito das condições sociopedagógicas, físicas e psicológicas dos participantes. Essa etapa de investigação foi de extrema importância para conhecer os tutorados e a necessidade específica de cada um, fazendo com que a formulação do questionário fosse adaptada para a

especificidade destes. Assim, formulários para baixa visão, por exemplo, tiveram sua fonte aumentada e contraste de cores evidenciadas.

Quanto os resultados do levantamento dos formulários do grupo de tutorados, todos responderam que tinham conhecimento do programa de assistência de tutoria e 6 deles recebiam tutoria no semestre em questão e os outros 2 já participaram, onde a maioria foi contemplado em 2018, mostrando a abrangência maior do projeto no 2º ano de atuação.

A necessidade específica de cada tutorado também foi requisitada nas perguntas, onde 3 apresentavam surdez total, 1 com surdez parcial, 1 distúrbios de leitura e escrita, 1 baixa visão somada a problema intelectual com mobilidade reduzida, 2 com cegueira total.

Para observância do desenvolvimento geral dos alunos com necessidade específica, foi levantado o questionamento sobre o atendimento que o NAPNE oferece para esses alunos e o quanto contribui para o sucesso acadêmico dos mesmos. De forma unânime, os alunos responderam quanto a assistência que recebem e os diversos benefícios participando desse programa na instituição. Dentre elas foram citadas, o acompanhamento pedagógico eficaz, atendimento na saúde, acompanhamento especializado como intérpretes para surdos nas atividades diárias e quaisquer eventos, dentre outros.

Com base no interesse na sondagem da atuação da tutoria e sua contribuição na vida do tutorado, 6 perguntas foram direcionadas a esse fim. Referente ao desempenho nas atividades escolares pelo suporte dos tutores, todos os alunos responderam de forma positiva, com uma pergunta objetiva, assinalaram a classificação “muito bom” em todos os formulários. Quanto as características que levaram a essa percepção desses resultados, boa parte informou a melhora das notas e os relatos positivos dos professores depois do acesso a tutoria. Ao julgar a atuação do tutor, boa parte informou o domínio dos conteúdos e a didática na garantia dos bons resultados.

Ao serem questionados sobre as possíveis medidas para melhoria desse programa, 4 deles informaram que não havia o que reclamar, 1 disse que precisava ampliar o número de tutores para facilitar os horários de encontros. No entanto, a melhoria mais demandada foi dos 3 alunos surdos que discorreram sobre a necessidade de possuir mais intérpretes, pois no momento da tutoria, ocorria um choque de horário entre tutorando, tutor e interprete, o que impossibilita, quase que na sua totalidade, que a tutoria seja feita, uma vez que os tutores não

tenham domínio da Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS). No discurso de um deles foi dito: “falta intérpretes junto, a monitoria precisa, é difícil marcar horário”. Isso demonstra que para esses alunos, a tutoria só é relevante para o desenvolvimento, caso consiga se comunicar com o tutor, pré-requisito básico para a interação.

Em suma, os tutorados demonstraram no formulário e na entrevista que a tutoria é benéfica ao seu sucesso educacional e possibilita o acesso ao ensino de qualidade e, como consequência, à inclusão.

FRENTE AOS TUTORES

Dos 16 alunos classificados como tutor nos editais, 2 deles desistiram da tutoria, 1 não devolveu o questionário, motivo para fato desconhecido, 10 tutores no momento da pesquisa não foram possíveis localiza-los, vários eventos podem ter influenciados, tais como períodos de provas, fim de semestre letivo e feriados prolongados. Foi possível aplicar os questionários em apenas 4 estudantes tutores.

Quando questionados ao que levou a concorrer ao processo de tutoria, 2 deles assinalou a bolsa ofertada e 2 ensinar/ajudar o tutorando. Quanto aos editais que participou, 3 deles participou dos dois editais o de 2017 e 2018 e 1 tutor apenas o de 2018. Quando questionados em quais dificuldades encontraram ao participar do programa, 2 deles relataram que a necessidade do NAPNE oferecer treinamento adequado, 1 tutor a falta de interprete/recursos para comunicação e 1 tutor assinalou como dificuldade, o espaço oferecido para o acontecimento da tutoria. Quanto ao feedback de satisfação da tutoria, 3 assinalaram que possuía um feedback e 1 tutor assinalou que não possuía. Quando questionados possíveis melhorias para o programa, foram relatadas horário fixos para o acontecimento da tutoria, aumento do valor da bolsa, espaço reservado para o programa e a demora do tempo para a abertura do edital, um tutor relatou:

“Uma das melhorias que deveria ser tomadas é em relação ao tempo de abertura do edital, ou seja, assim que o semestre iniciar na primeira semana, o NAPNE tomar todas as providências necessárias para que a (...) (palavra não decifrada) seja iniciada o mais rápido possível, de preferência na segunda semana do semestre”.

FRENTE AO NAPNE

A coleta de informações sobre o programa de tutoria de pares não se restringiu aos tutores e tutorados. Assim, os resultados transcritos no presente trabalho foram pautados em discursos da comissão do NAPNE em uma visita feita ao local do núcleo. Nesse processo, pode-se conhecer melhor o espaço de atuação dos envolvidos e os trabalhos que exercem, bem como o relato destes quanto a dificuldades da implantação e da manutenção do programa, uma vez que há necessidade de constante acompanhamento da atuação dos tutores para sondar o trabalho desenvolvido por estes, a mediação em situações de concordância quanto horários de monitoria, mediação na adaptação dos conteúdos, uma vez conhecido as necessidades de cada aluno e, principalmente o acompanhamento assíduo das intérpretes nesse processo. Quanto ao relato da observância de desenvolvimento dos educandos, todos concordam que a tutoria acarreta um momento de assistência complementar aos alunos e discursam sempre sobre o conforto em ter um momento específico para os estudos fora da sala de aula com o professor regente. Entretanto, em uma das falas de uma funcionária do setor foi dito que esse conforto seria melhor assistido caso tivessem um local específico apenas para tutoria, uma vez que o setor do NAPNE trabalha com outras assistências aos alunos com necessidades específicas. Nesse relato em forma de entrevista foi dito: “sinto que para tornar a tutoria de pares mais eficaz seria preciso uma sala para que esses tutores desenvolver o programa, é difícil para eles e, principalmente para o tutorado, se sentirem à vontade com tanto *movimento* no NAPNE, difícil até para se concentrarem”.

A pesquisa de campo se findou com os levantamentos dos dados apresentados e disponibilizados a todos os envolvidos de caráter confirmativo do trabalho realizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto neste artigo, nota-se a importância do programa de tutoria de pares acadêmica inserida no IF BAIANO *campus* Guanambi, como apoio aos alunos com necessidade específica, a adesão de novos conhecimentos e aprendizagens aos estudantes tutores e enuncia possíveis melhorias a serem tomadas pelo NAPNE, para fortalecer o sucesso do programa. Como abordado anteriormente, todas as pessoas com necessidades específicas também possuem o direito de uma educação de qualidade do mesmo modo de uma pessoa sem deficiência. Assim a presente pesquisa revela a importância do programa para o aluno especial e é também uma ferramenta como auxílio para o professor, assim ele pode contar

com um estudante tutor para esta ajudando seu aluno especial em possíveis dúvidas, no turno oposto de suas aulas.

O programa só dispôs até a presente data dois editais o primeiro em 2017 e o segundo em 2018, levando este acontecimento em consideração, sendo um programa novo no IF BAIANO campus Guanambi, algumas melhorias a serem tomadas foram sugeridas pelos alunos participantes do programa de tutoria de pares, tais medidas descritas nos resultados e discursões acima.

Portanto, é importante ressaltar a relevância do programa de tutoria de pares para a inclusão e diversidade dos alunos com necessidade específicas no ambiente escolar, pois apesar de suas limitações, são assegurados pela constituição Federal de 1988, as mesmas possibilidades de concluírem seus cursos, assim a inclusão e diversidade torna-se um processo necessário para o ambiente escolar torna-se um espaço acolhedor, democrático, sem preconceitos e seleções.

REFERÊNCIA

BAIANOIF-*Política da diversidade e inclusão*, 2012.

____BAIANOIF - campus Guanambi-*Regulamento interno de tutoria de pares*, 2017.

____BAIANO IF- Criação do IFBaiano.<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/index.php/solenidades-celebracao-5-anos-de-criacao-do-if-baiano/><acesso em 19/09/2018.

____BAIANO, IF- Edital de tutoria, 2018.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292 p

____BRASIL, Lei de Diretrizes. "Bases da Educação Nacional–LDB N° 9394/96." (2010).

____BRASIL, Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a convenção internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e seu protocolo facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, 2009.

____BRASIL, Senado Federal; BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. *Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências*, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6949.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

CAMARGO, Eder Pires de. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciênc. Educ.*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1516-731320170010001>. Acesso em: 11 set. 2018.

DO BRASIL, Constituição Federal. *Constituição federal*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1988.

____. Lei Nº 13.409. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. *Diário Oficial [da República Federativa do Brasil]*, 2016.

____. Lei n. 12.976, de 4 de abril de 2013. Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Brasília, 2013a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112796.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

MASETTO, M. T. Mediação Pedagógica e o uso da tecnologia. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papius, 2000. SAWAIA, B. *As artimanhas da exclusão*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

MINAYO, M. C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. VAN DER HELEN, Simone. UNILASALLE/BRASIL, 2016.

PETRÓPOLIS-*Textos em representações sociais*. RJ: Vozes, 2007.

WOQUITO, Fernandes. **Possibilidades da Tutoria de Pares para Estudantes com Deficiência Visual no Ensino Técnico Superior**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382015000100039&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 30/03/2019.

SOBRE AS AUTORAS

Viviane Lima Aranha 1

Licencianda do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi. Bolsista do Programa de Inicialização à Docência-PIBID. Email: vyvyane-gbi@hotmail.com.

Eugênia de Queiroz Silva 2

Licencianda do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi. E-mail: eugeniaqueirozsmv@hotmail.com.

Maiza Messias Gome 3

Doutora em Memória: Linguagem e sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Docente e coordenadora do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas-NAPNE do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi. E-mail: maiza.gomes@ifbaiano.edu.br.

Alenice Ferreira Da Cruz 4

Mestre em Química pela Universidade dos Vales de Jequitinhonha e Mucuri- *campus* Mucuri. Professora do EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia Baiano – Campus Guanambi- Brasil. E-mail: alenice.cruz@guanambi.ifbaiano.edu.br